

*Discurso na cerimônia de celebração dos
"Convênios de garantia de renda mínima
para toda criança na escola"*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 23 DE ABRIL DE 1999

Senhor Ministro Paulo Renato; Senhor Ministro Waldeck Ornélas; Senhores Senadores; Deputados; Senhor Deputado Nelson Marchezan, autor do projeto; Senhores Prefeitos; Senhoras e Senhores,

Não me cabe acrescentar praticamente nada ao que disse o Ministro Paulo Renato, a não ser reiterar essa idéia da renda mínima. É uma idéia que vem de tempos no Congresso.

Devo fazer uma referência ao Senador Eduardo Suplicy, de quem fui colega quando se discutia a matéria no Senado da República, e as modificações e a viabilidade desse projeto que foram apresentadas através dos Senadores e Deputados já aqui mencionados pelo Ministro Paulo Renato, os quais juntaram a idéia de renda mínima à idéia de assistência às escolas. Na verdade, isso foi iniciado pelo então Prefeito de Campinas, José Roberto Magalhães Teixeira, que nós chamávamos de "Grama", foi levada adiante por vários outros prefeitos, governadores e tem demonstrado a sua viabilidade. Mais do que isso, é a importância de, num país como o nosso, tão cheio de desigualdades de renda e desigualdades que também se manifestam atra-

vés das desigualdades regionais, se criar mais um mecanismo que permita um esforço no sentido de diminuir a desigualdade.

Há pouco me recordava o Ministro da Previdência, Waldeck Ornelas, que é preciso que o Brasil tome consciência do que significa o Ministério da Previdência Social sob o ângulo de redistribuição de recursos. Há algum tempo, o Doutor Wilmar Faria, que é chefe da minha assessoria, que aqui se encontra, me fez conhecer um documento pelo qual se avaliava que os programas de redistribuição de renda no Brasil alcançam a soma de 17 bilhões de reais. Não é uma soma desprezível.

Consistem em que, esses programas, além desse de que, especificamente, estamos falando hoje, que é uma experiência inovadora? Consistem em muitas formas de redistribuição de renda, uma das quais, a mais, talvez, expressiva, do ponto de vista numérico, é que nós temos as aposentadorias rurais. Elas são concedidas sem que a pessoa tenha contribuído, ou seja, é redistribuição direta de renda, e justa. E que tem que continuar a existir. Mas não é o único programa.

Na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) começamos, no meu mandato anterior, a tornar efetivo esse programa. E esse programa atende, hoje, mais de um milhão de pessoas. São pessoas que atingem uma certa idade e cujas famílias não dispõem de um mínimo de renda. E também são pessoas portadoras de deficiências físicas e que, portanto, também precisam de alguma renda, pois suas famílias não podem lhes prestar assistência.

Há alguns outros programas importantes. Também na área da Previdência Social, na Secretaria de Assistência Social, há o programa de tirar as crianças do trabalho penoso. É um esforço grande que tem sido feito nos canaviais do Nordeste, nas carvoarias, no sisal e por aí vai. E que significa, também, uma transferência de renda.

Tive oportunidade de, em mais de uma ocasião, ir diretamente ver o que acontece, sobretudo na zona canvieira do Nordeste, os efeitos desse programa sobre as famílias, de que maneira essas famílias são melhor atendidas, sobre as crianças e, também, quando se imagina que se está dando alguma bolsa, muitas vezes, é preciso

que o Ministério da Educação construa a escola e que a Secretaria de Educação forneça o professor, porque quando se amplia o número de alunos não há vagas suficientes no sistema público, e é preciso criar vagas.

Então, isso leva um certo dinamismo nesse mecanismo que é importante, não só de redistribuição de recursos, mas também de formação de cidadania. Não pode haver formação de cidadania havendo, ao mesmo tempo, um acrescentamento do número de miseráveis.

No momento em que nós passamos por dificuldades econômicas sabidas e conhecidas e que, por sorte, pelo esforço dos brasileiros, as estamos superando, é preciso que se preste muita atenção às áreas sociais. Não pode haver essa contradição, que vejo repetida com tanta insistência, de que, porque se vai fazer um ajuste fiscal, haverá uma diminuição nisso ou naquilo. Temos tido um empenho muito grande para que não haja isso, na área de educação, na área de saúde e na área de assistência social. Quando é necessário haver alguma restrição, que essa restrição seja feita não no atendimento direto à população, mas no caminho de se chegar até a população, dos mecanismos que levam os recursos até a população.

É preciso deixar claro, portanto, que é preciso gastar o que se dispõe melhor. Não adianta apenas ter ou não ter recursos. É preciso saber se eles são bem ou mal utilizados. Mas insisto no que estava dizendo: exatamente nos momentos que é de se prever que, por causa da crise econômica, haverá maior dificuldade para as áreas mais pobres, é preciso que haja também uma atenção maior das áreas governamentais, municipais, estaduais e federais e da sociedade civil ao atendimento daqueles que mais necessitam. Essas redes de proteção social não podem ser desmanteladas. Pelo contrário, têm que ser reforçadas.

Disse o Ministro Paulo Renato – e reitero os meus agradecimentos aos que, no Congresso, há tanto tempo se batem por esses caminhos, por essas experiências inovadoras – que elas requerem também que haja uma avaliação do seu efeito. Um dos males da área social nos governos do Brasil é computar a sua eficiência apenas pelo montante de recursos gastos. Não é certo. Muitas vezes, o recurso é mal gasto, e

tem que ser cortado quando não atende aos objetivos. Tem que ser modificado o programa. Temos que passar de um momento em que se avaliava tudo apenas pelo quantitativo para introduzir uma dimensão qualitativa. É bom o programa ou é ruim o programa? Pode ser aperfeiçoado ou não pode ser aperfeiçoado?

Esses programas sociais cada vez mais têm que ser realizados – se bem que com incentivo do Governo Federal, eventualmente na direção do Governo Federal pelos municípios, com o apoio dos estados. Cada vez mais haverá que buscar o entrosamento da gestão municipal com as gestões estaduais e federais. Não há outro caminho, num país com o porte do Brasil. Isso vale para tudo. Vale para a reforma agrária, apesar das incompreensões daqueles que são mais apaixonados por razões políticas do que por razões sociais e que imaginam que a reforma agrária não possa ser também feita com o apoio dos municípios e dos governos estaduais. Isso não tem sentido num país do tamanho do nosso, com 5 mil 500 e tantos municípios. Não há possibilidade de um programa social, efetivamente, ser implementado se não houver esse entrosamento e se não houver – não a retirada de campo e da responsabilidade do Governo Federal – o entrosamento crescente entre esses vários níveis de administração, independentemente da cor partidária de quem esteja, eventualmente, exercendo esta ou aquela função em qualquer dos níveis da administração.

Mas há mais. No mundo de hoje, a organização estatal sozinha, mesmo nos seus vários níveis, é insuficiente para dar conta da dinâmica e das necessidades da sociedade. É preciso que haja, crescentemente, a cooperação dos setores da sociedade, do trabalho voluntário dos organismos não-governamentais porque senão não se consegue atender ao objetivo efetivo, que é o da melhoria da condição de vida dos mais pobres no nosso país.

Quero, portanto, encerrar felicitando os prefeitos e as prefeitas que conseguiram já estabelecer seus planos e que permitiram, portanto, que se comece este programa. Um programa dessa natureza tende a crescer. Tende a crescer não só pela adesão de novos municípios e dentro do próprio município. E tem que crescer com critério,

porque o dinheiro é do povo, não do governo. O Governo, quando fabrica dinheiro, está criando imposto inflacionário sobre o povo. Todo o dinheiro de que o Governo dispõe sai do povo. Sai dos impostos. Portanto não é infinito.

Um dos males que a inflação causou no passado, na nossa memória coletiva, foi o de imaginar que o Governo dispõe de dinheiro e que, portanto, é quem vai dar, ou dar quando quer, quando não quer. Não. Quem produz o dinheiro é o trabalho. Depois, o imposto coleta o dinheiro. O Governo dispõe de um dinheiro que não é dele, mas que vem da sociedade, extraído da sociedade. Quando se pede mais ao Governo, está se pedindo mais ao povo, e o povo tem limites para poder pagar e, sobretudo, não se pode pedir dos mais pobres. Então, é preciso ter consciência de que a expansão dos programas não é uma questão de vontade política do governante. Fosse isso, seria fácil. Qual de nós não teria vontade de atender a todos e o melhor possível? Claro que sim. Não é essa a questão. Temos que mensurar as expansões, inclusive dos recursos, o montante à disponibilidade. Discutir, aí sim, no orçamento das disponibilidades a alocação dos recursos, cada vez com a consciência maior, por parte da sociedade, do que isso significa. Mas, sem dúvida alguma, o que está sendo lançado hoje, aqui, é uma semente e o nosso desejo é que ela possa se ampliar.

Fiquei muito satisfeito e cotejei até com o Ministro da Previdência as palavras generosas do ministro da Educação, que disse que há recursos disponíveis. Como estamos em época de vacas magras, eu queria saber se esses recursos estão, realmente, disponíveis. A informação foi positiva. De modo que o Presidente da República pode confirmar e se, por acaso, depois dessa confirmação, vierem pedidos não atendidos, saibam, a culpa não é minha. Mas é uma boa informação porque mostra disposição efetiva dos ministros dessas áreas relativas a esse problema de mobilizar os seus recursos para que possamos ter, cada vez mais, um sistema que permita a distribuição de renda no Brasil.

Muito obrigado.